

A articulação entre objetividade e subjetividade nos textos antropológicos: contribuições da escrita literária para a construção de saberes antropológicos

Marine Lila Corde*

Introdução

Este artigo tem como ponto inicial considerações pessoais desenvolvidas sobre a relação dialógica entre Antropologia e Literatura. Parto da ideia de que a elaboração de conhecimentos em antropologia ganha especificidade no fato de se basear em grande parte na experiência subjetiva do pesquisador, que constrói seu trabalho de campo numa interrelação entre sua experiência pessoal e a de seus vários interlocutores. Isto coloca em questão a concepção de “saber” tradicionalmente elaborada nas ciências ditas exatas, segundo a qual qualquer menção da experiência pessoal do pesquisador se apresenta como obstáculo para alcançar uma objetividade científica. Todavia, defendo que a “subjetividade” – lugar do “sujeito” de conhecimento – pode ser pensada como “estilo objetivo”, ou seja, um estilo no qual as operações enunciativas que lhe atestam cientificidade são as que tornam explícita a presença do pesquisador. Pensar essas operações através da escrita de um texto científico pode trazer informações interessantes sobre o processo de construção antropológica de saberes. Meu argumento é que a escrita literária (certos usos de pronomes pessoais, modalização, etc.) é um domínio rico para se pensar a articulação entre subjetividade e objetividade. Tais considerações apóiam-se em autores como: Bastide (1983 [1946]), para quem a expressão poética é uma “forma de exatidão científica”; Mondada (1995), que compreende certas formas de enunciação como possibilidade de abertura de mais espaço para a articulação subjetividade/objetividade no texto científico; e Geertz (2002 [1988]), que

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ) e Bolsista CNPq. Editora júnior da revista PragMATIZES – revista latino americana de estudos em cultura. Endereço eletrônico: mcorde@ymail.com.

interpreta o diálogo entre a antropologia e a literatura como estratégia para melhor implicar o leitor no texto antropológico.

Mas antes de tudo, gostaria de iniciar este artigo com uma breve reflexão sobre a construção de saberes em antropologia.

As ciências sociais, e mais especificamente a antropologia, caracterizam-se no seio do mundo científico mais geral por desenvolverem pesquisas nas quais a subjetividade, isto é, o lugar do sujeito de conhecimento, ocupa um espaço importante. Com efeito, os saberes que elas produzem constroem-se principalmente a partir de experiências, de percepções, de pensamentos e de falas de indivíduos ou de grupos de indivíduos. Isto levanta uma série de questionamentos. É só olhar para os debates levados a efeito na *American Anthropological Association* nos últimos anos para entender toda a complexidade e a intensidade da questão¹. Querendo refletir e jogar novas luzes sobre o que representa um trabalho antropológico, hoje, referida Associação chegou a questionar qual era o lugar da ciência dentro do fazer e do saber antropológico. Essa problemática ganhou tal amplitude, que cientistas e mídias debateram para saber se a antropologia era uma ciência ou não.

O intuito deste trabalho não é entrar em tais controvérsias, densas e complexas, e sim propor algumas reflexões relacionadas à dimensão subjetiva das pesquisas antropológicas. Com efeito, o chamado trabalho de campo não é fruto da ação de um pesquisador isolado; as reflexões e os dados construídos pelo etnólogo nascem, num primeiro tempo, de relações entre este e diversas pessoas encontradas ao longo do trabalho de pesquisa empírica. Portanto, gostaria de questionar aqui como dar conta de tais relações na hora do relato escrito do “trabalho de campo” e das sistematizações teóricas da pesquisa antropológica.

Mostro num primeiro momento que, em nome de uma suposta objetividade científica, o antropólogo-autor pode cair na tentação de deixar em silêncio as relações propriamente ditas entre o etnólogo e as pessoas encontradas no campo, que são, contudo, relações constitutivas do saber etnogáfico, matéria-prima deste saber. Defino os limites de tal escolha no relato da pesquisa antes de apresentar, numa segunda parte, alguns argumentos que expõem a importância de deixar indícios sobre as interações entre o pesquisador e as pessoas do campo, na escrita de um texto antropológico. Isso não significa, todavia, que o antropólogo possa reduzir sua análise

do trabalho de campo a uma auto-análise. Finalmente, proponho alguns pontos, mostrando que a escrita literária pode se oferecer como um recurso interessante para o antropólogo, tanto para elaborar um texto antropológico, quanto para dar conta das relações que se estabeleceram entre o pesquisador e as pessoas ao longo do “trabalho de campo”.

I. O antropólogo atrás do vidro

“Como falar da sociedade?” Esta questão posta por Howard Becker (2010) não remete apenas às formas adotadas pelos cientistas sociais para analisar os sentidos da vida social, mas também ao fato de as ciências sociais se apresentarem e se legitimarem na qualidade de ciências.

Nas ciências ditas exatas, desenvolveu-se um método de pesquisa fundamentalmente dedutivo de acordo com o qual, a análise do objeto de estudo serve para validar ou invalidar uma hipótese. Os resultados de tais pesquisas vêm alimentar uma “cadeia” cumulativa de saberes vista como objetiva. Nessa ótica, Becker (2010) explica que, num primeiro momento, para a sociologia clássica, falar da sociedade representava um trabalho de ordenação de dados: se tratava de construir “uma unidade estável, um mundo” ao qual se atribuía um “sentido técnico”. Tal concepção dos estudos da vida social tinha por finalidade elaborar uma certa trama lógica através da qual o conhecimento objetivo atenuaria os traços de uma experiência de pesquisa subjetiva (interrelações no campo, presença marcada do pesquisador). O fato de ocultar o pesquisador (sociólogo ou antropólogo) como pessoa, e o trabalho de campo como construção, através das interrelações entre os indivíduos, pode ser interpretado como uma vontade de alcançar um maior grau de objetividade na construção de saberes sociológicos e antropológicos; objetividade considerada, então, como garantia de rigor científico e credibilidade. Todavia, muitas reflexões já foram desenvolvidas sobre as singularidades da sociologia e da antropologia como ciências; e tais visões clássicas dessas disciplinas – sob a perspectiva de uma objetividade rígida desenvolvida a partir das ciências ditas exatas – foram aos poucos sendo desconstruídas. Dessa forma, Becker (2010) explica que analisar a vida social não é lidar com fatos que falam por si; portanto, ele afirma que a sociologia não pode tratar seus relatos como sendo friamente objetivos e incontestáveis. Assim, elaborar discursos sobre “realidades sociais”, esvaziando-os das relações que foram construídas ao longo do “trabalho de campo”, implica

uma série de contradições no que concerne às próprias propostas dos estudos antropológicos e sociológicos.

Uma das críticas feitas aos relatos sociológicos ou antropológicos que pretendem alcançar uma objetividade tal como concebida nas ciências ditas exatas (atestação de verdades gerais, definitivamente estabelecidas e consideradas como universalmente válidas), encontra-se no texto “A propósito da poesia como método sociológico”, de Roger Bastide (1983 [1946]). Segundo Bastide, ao querer ordenar fatos sociais atribuindo-lhes sentidos lógicos fixados, os cientistas sociais correm o risco de cair numa sociologia de museu; ou seja, uma disciplina que constrói saberes desconectados das dinâmicas dos mundos sociais e que termina perdendo a capacidade de alcançar a complexidade das realidades sociais que pretendiam analisar. Nas palavras do autor:

Se o sociólogo se limitar a fazer entrar as coisas em certos quadros, a pregar etiquetas, a colar papel gomado, em lugar de nos dar uma imagem exata do que quis estudar, não nos dará mais do que uma visão de museu; o social ficará empalhado dentro de uma vitrine. (BASTIDE, 1983 [1946], p. 83).

De fato, as interações sociais não podem ser concebidas como unidades isoladas e «petrificadas»; elas têm que ser ressituidas em contextos sociais dinâmicos. No trabalho de campo, o sociólogo e o antropólogo se interessam em primeiro lugar por relações sociais, por percepções e organizações de mundos socialmente negociados e construídos; tais elementos não são imutáveis, estáveis ou dados por antecendência, mas sim estão sempre em construção. Dessa forma, os conhecimentos sociológicos e antropológicos produzidos sobre essa dinâmica são, constantemente, re-questionados. Esse primeiro ponto já enfatiza a impossibilidade de adequação das ciências sociais à metodologia clássica das ciências exatas, como uma cadeia cumulativa de saberes objetivos e considerados como definitivamente adquiridos.

Outro risco dos saberes antropológicos e sociológicos que concedem pouco espaço para a subjetividade é enfatizado por Becker (2010). Não dar conta das interações a partir das quais se construiu o trabalho de campo e apagar a presença do pesquisador (que todavia fica presente através de um nome de autor, de produtor de texto científico) pode dar a impressão de que o relato científico de análises de «realidades sociais» enuncia verdades

transcendentais, que outorga às organizações sociais um sentido irrefutável e que não oferece espaço para outro tipo de interpretação. Becker aponta, assim, construções de saberes científicos por intelectuais que pensam ter o monopólio da percepção e do sentido da vida social:

Meus próprios colegas de profissão – sociólogos e outros cientistas sociais – gostam de falar como se tivessem o monopólio da criação dessas representações, como se o conhecimento da sociedade que produzem fosse o único conhecimento “real” sobre esse assunto [...] E eles gostam de fazer a afirmação igualmente tola de que as maneiras que possuem de falar sobre a sociedade são as melhores ou as únicas pelas quais isso pode ser feito de forma apropriada (BECKER, 2010, p. 19).

Legitimar certas interpretações de “realidades sociais” evocando uma objetividade científica, que seria a garantia de análises mais “verdadeiras” e incontestáveis, estabelece relações de poder entre quem é designado como tendo a capacidade de saber e de falar sobre a vida social (o intelectual) e quem é considerado como inapto para tais atividades (o “nativo” que viveria num mundo social sobre o qual ele teria apenas discursos, percepções e interpretações superficiais). Por trás desse procedimento, se pode notar um certo etnocentrismo. Primeiro, pelo fato de um cientista social afirmar que sua interpretação – produzida a partir de um certo lugar, um certo meio socio-cultural, um certo contexto, não explicitados – é a única válida; segundo, pelo fato de, muitas vezes, padrões científicos – geralmente ocidentais – serem aplicados para explicar as organizações sociais de grupos que não compartilham necessariamente as mesmas referências. Tal risco afasta as ciências sociais dos seus intuitos de decentramentos necessários para alcançar melhor o sentido de outras “realidades sociais”. Além disto, tal postura desconsidera o fato de que “falar da sociedade” não é um procedimento exclusivo das ciências sociais, como bem destaca Becker. Os não-cientistas o fazem a todo momento, e isto não pode ser deslegitimado por uma ciência que se diz humana.

O risco de o cientista social cair nas armadilhas do etnocentrismo também é denunciado por Johannes Fabian (2006 [1983]), que enfatiza contradições numa antropologia que, por um lado, preconiza uma pesquisa fundamentalmente empírica, construída a partir de interações, compartilhamentos, comunicações com as pessoas encontradas ao longo do trabalho de campo e, por outro lado, uma escrita teórica atravessada por

um “discurso alocrónico”, que põe essas mesmas pessoas não somente num outro espaço, o da escrita, mas também num outro tempo. Dessa forma, um antropólogo que estabeleça um grande distanciamento entre ele e os grupos com os quais trabalhou durante a pesquisa empírica – até dá a impressão de tê-los analisado atrás de um vidro –, em nome de uma objetividade científica rígida (e ilusória), corre o risco não somente de dar visão errônea do que se construiu de fato no campo, mas também de apresentar as pessoas encontradas sob a luz de alteridades irreduzíveis.

Até aqui, busquei mostrar que os cientistas sociais se encontram numa situação desconfortável entre a vontade de alcançar uma objetividade que se apresenta como garantia de um rigor científico e uma subjetividade que lhes permita alcançar melhor suas metas. Dessa forma, parece claro, hoje, que o modelo da objetividade científica tal como esta é concebida nas ciências ditas exatas nem sempre é adequado para construir os conhecimentos antropológicos. Defendo que não se trata de abrir mão da ideia de objetividade nos estudos de relações sociais, mas sim de reapropriá-la, deixando sempre aberta a questão de saber como dar conta de uma pesquisa de campo e de construir teorias antropológicas, sabendo lidar com uma experiência empírica e interacional, sem cair num distanciamento frio que congele as realidades sociais, nem em uma subjetividade exagerada na qual o pesquisador focaliza “no seu umbigo”.

A densidade desse assunto e sua complexidade nos impedem de elucidá-lo aqui; porém, apresento algumas pistas de reflexões sobre essa articulação objetividade/subjetividade nos trabalhos antropológicos, notadamente expondo argumentos que mostram a importância de dar conta, nos relatos antropológicos, das relações através das quais se contruiu o trabalho de campo.

II. Trabalhos de campo construídos na interrelação

Como vimos, as modalidades de construção de um campo antropológico dificultam a adoção de uma posição objetiva dos seus relatos, tal como esta é entendida geralmente no domínio das ciências exatas. O etnólogo interage com indivíduos no campo e é através dessas interações que desenvolve as análises sobre eles. Tal ponto me leva a defender que reconhecer o pesquisador como um agente social entre outros, é aceitar que ele não pode ter uma visão transcendental do que está acontecendo no campo; ele não

pode ser onipresente nem pretender adotar uma posição ubiquista. Portanto, suas percepções analíticas são inevitavelmente seletivas, dependendo das sensibilidades e das relações do pesquisador tanto como das oportunidades e dos acasos que se oferecem a ele e dos quais ele pode se aproveitar ou não. Tratando desse assunto, Clifford Geertz escreve: “impossibilitados de recuperar os dados imediatos do trabalho de campo para uma reinspeção empírica, damos ouvidos a algumas vozes e ignoramos outras” (GEERTZ, 2002 [1988], p. 17).

Esta citação mostra a importância de se deixar bem explícito que o trabalho de campo e os seus relatos são construções do etnólogo (e das suas relações com as pessoas encontradas no campo). Caso contrário, corre-se o risco de dar a impressão de textos antropológicos produzidos por pesquisadores que analisaram sociedades atrás de um vidro, textos enunciando verdades transcendentais e irrefutáveis sobre grupos de pessoas cuja palavra fica marginalizada, o que conduz à repetição das relações de poder (quem tem poder de escrever e de falar sobre uma determinada sociedade em detrimento de outros autores/narradores possíveis) das quais tratei anteriormente. Este é um dos riscos de derivação do texto científico que Pierre Bourdieu denuncia ao tratar do poder simbólico (definido como “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Tal poder é mobilizado para apresentar um ponto de vista arbitrário e relativo sobre o mundo social como sendo o único sentido válido. Esse processo, movido por relações de dominação, esconde seu caráter político através de argumentos filosóficos, jurídicos, científicos, etc., que permitem legitimar a imposição desse sentido do mundo através da elaboração de taxonomias e de categorias, entre outros instrumentos de conhecimento invocados para apreender o sentido do mundo em questão. Dessa forma, o antropólogo pode correr o risco de apresentar sua visão de um mundo social como sendo a única válida, sob pretexto de que esta foi elaborada a partir de instrumentos científicos irrefutáveis. Tal ponto leva Bourdieu a escrever “Ce que l’on peut exiger en toute rigueur de l’ethnologue, c’est qu’il s’efforce de restituer à d’autres hommes le sens de leurs comportements” (BOURDIEU, 1963, p. 259).

Portanto, o desafio do relato de um trabalho antropológico é aceitar essa parte subjetiva dos estudos de ciências sociais como estilo objetivo, ultrapassando dicotomias simplificadoras entre subjetividade e objetividade. Trata-se de afirmar as especificidades dos métodos de trabalho e das construções

de saberes nas ciências sociais (construídos através de relações sociais), o que leva a novas concepções da objetividade científica. Com efeito, o que expus até agora não pode levar a falar da impossibilidade de as ciências sociais alcançarem qualquer tipo de objetividade. Tal concepção voltaria a produzir textos antropológicos nos quais o pesquisador falaria apenas dele estudando grupos sociais e o resultado seria tão problemático quanto a produção de um texto em que o autor aparecesse como um pesquisador observando sociedades atrás de um vidro. Trata-se, então, de ultrapassar distinções exclusivas entre objetividade e subjetividade; aceitar que uma não é incompatível com a outra e pensar em formas de articulação entre elas. Paradoxalmente, talvez seja deixando mais espaço para a subjetividade na hora de dar conta de um trabalho antropológico que se pode pretender maior aproximação com a objetividade. Deixar mais claras as condições de construção do campo e das produções de conhecimento pode permitir entender melhor os instrumentos e os saberes científicos mobilizados e, dessa forma, facilitar a avaliação de uma comunidade científica. Talvez, dessa maneira, o antropólogo possa criar um trabalho “mais honesto”. Trata-se de deixar mais explícito o fato de que:

Falar sobre a sociedade em geral envolve uma comunidade interpretativa, uma organização de pessoas que faz rotineiramente representações padronizadas de um tipo particular (“produtores”) para outros (“usuários”) que as utilizam rotineiramente para objetivos padronizados (BECKER, 2010, p. 20).

Por um trabalho “mais honesto” entendo um trabalho antropológico que explicita suas situações de enunciação e suas condições de produção. Trata-se de um escrito que procura articular da melhor forma possível compromissos com as pessoas com as quais se executou a pesquisa; notadamente não marcando um distanciamento por demais importante, que faria dos “nativos” o que Favret-Saada chama ironicamente de “monstruosité conceptuelle” (1977, p. 57), ou seja, meros objetos de pesquisa aos quais se nega a qualidade de sujeitos, e compromissos com a comunidade científica e o público para os quais se destina o relato antropológico. Dessa forma, um trabalho mais “honesto”, seria um trabalho no qual o pesquisador não apresenta sua análise como reflexo de um estado das coisas iminentes, deixando pensar que existe uma lógica transcendental da organização social estudada, uma lógica que seria independente do processo de pesquisa adotado e que bastaria apreender na sua essência e colocar no papel.

A meu ver, a escrita de um trabalho “mais honesto” pode ser facilitada fazendo da subjetividade um “estilo objetivo”. O que entendo por adotar a subjetividade como “estilo objetivo” cabe numa questão de marcas de enunciação no texto científico que permitiriam deixar índices para explicitar as condições de produção dos saberes científicos desenvolvidos. Segundo Mondada (1995), essas operações enunciativas específicas se caracterizam pelo uso da modalização (com verbos e advérbios modais), pela marca explícita de avaliações e julgamentos axiológicos, pelo uso de pronomes pessoais (que permite a comunicação entre um “eu” enunciador e um “tu” avaliador) e pelo uso de pronomes impessoais que fazem referência à doxa científica. Através desse jogo sobre as marcas de enunciação, a construção de um texto científico pode ser abordada sob um novo ângulo, tal como o defende Mondada:

Dans ce sens, le tour de force de l'article scientifique ne serait pas tellement de se soustraire à la subjectivité que de mettre en scène et d'imposer une situation de communication particulière. Que le texte marque ou non sa relation aux instances énonciatives, ces marquages sont des constructions discursives, le résultat d'un processus qui, même s'il vise un effet de transparence textuelle, n'agit pas moins dans le texte lui-même (MONDADA, 1995, p. 66).

Na hora de se elaborar um texto antropológico, várias escolhas possíveis se oferecem para se fazer da subjetividade um “estilo objetivo”. Apresento algumas delas a seguir.

O primeiro ponto de articulação entre objetividade e subjetividade no relato de um trabalho antropológico pode ser realizado deixando-se a presença do autor mais marcada ao longo do texto. Defender a presença do autor-pesquisador pode trazer algum desconforto, como explica Clifford Geertz: “A dificuldade está em que a estranheza de construir textos ostentivamente científicos a partir de experiências em grande parte biográficas, que é o que fazem os etnógrafos, afinal, fica inteiramente obscurecida” (GEERTZ, 2002 [1988], p. 22).

Mas Geertz também explica que o fato de enfrentar essas dificuldades de encontrar um meio-termo entre um autor ocultado (o que acaba por apresentar as pessoas do campo como objetos a partir dos quais se enunciam verdades irrefutáveis e muitas vezes etnocêntricas) e o autor onipresente (o que tem o risco de fornecer o texto de um pesquisador fazendo uma auto-análise e esquecendo o assunto primordial da pesquisa), permite refletir melhor sobre

as articulações entre a proximidade e a distância, entre a familiaridade e o mero exotismo nas elaborações de conhecimentos antropológicos, assuntos que representam problemáticas inerentes à construção do campo com as pessoas encontradas ao longo da pesquisa.

Outro ponto que me parece importante é o de conseguir mostrar que, se o trabalho de campo só é possibilitado pelo olhar de um pesquisador que o vai construir enquanto tal e lhe dar esse sentido, ele sempre se elabora através de interações entre o pesquisador e as pessoas encontradas durante o estudo. Tal elemento pode ser relevante no decorrer da escrita por diversos motivos. Primeiro, ele pode ajudar a não cair nas armadilhas do etnocentrismo ou egocentrismo no momento em que o pesquisador se encontra sozinho com seu texto para dar conta do seu trabalho de campo. Refletir sobre tais relações sociais pode ajudar o pesquisador-autor a conseguir um certo decentramento necessário à reflexão; decentramento sem o qual: “nossas teorias não expressarão mais que nossos interesses de classe e, quando estivermos certos de ter definido o social, não teremos senão proclamado nossos preconceitos de burgueses, de funcionários ou de proletário” (BASTIDE, 1983 [1946], p. 84).

Ao mesmo tempo, essa citação me leva a defender que dar conta de um trabalho de campo que se construiu através de interrelações, permite levar a sério a capacidade narrativa dos interlocutores, a capacidade de organizar o sentido do mundo social no qual eles vivem, de dar maior atenção e credibilidade ao que eles dizem que fazem. Isto nos possibilita questionar sobre como lidar com as pessoas encontradas no campo de outra forma que não a de meros objetos apreendidos a partir do exterior (FABIAN, 2006 [1983]). Não se trataria de “ver como o outro vê” no sentido de entreter a ilusão que se pode fundir-se com as pessoas do campo, mas sim de dar conta de negociações, de comunicações através das quais são construídos os conhecimentos mencionados e analisados pelo pesquisador.

Dar conta dessas interações nos leva de volta à questão de produzir um texto mais “honesto”, explicando melhor como o pesquisador escolheu se dirigir mais para tal ou tal “informante” por exemplo. De fato, se os encontros com determinados interlocutores no campo têm a ver com acasos e oportunidades das quais o pesquisador se aproveita, eles também se explicam pelas opções deste último. Sidney Mintz deixa esse ponto bem claro, explicando: “Seria tão errôneo supor que os informantes são indiferentemente iguais enquanto fontes de informação, quanto supor que um informante pode ser adequado

para qualquer informação necessária para se descrever a cultura de uma comunidade “ (MINTZ, 1984, p. 50).

Inserir descrições mais minuciosas das relações entre o pesquisador e seus interlocutores num texto antropológico também pode permitir jogar novas luzes sobre o processo de construção dos dados nos quais o etnólogo vai se apoiar para descrever o trabalho de campo e elaborar as suas teorias. Essa questão da relação com as pessoas no campo também abre o assunto das emoções e dos afetos, de todas as sutilezas das interações que vêm tingir o trabalho de campo com cores bem específicas. E é aqui que podemos encontrar um terceiro ponto sobre o qual o pesquisador-autor pode trabalhar para explicitar suas opções de escrita, com o intuito de alcançar melhor a subjetividade como estilo objetivo.

De fato, o processo de pesquisa empírica é repleto de momentos apenas percebidos pela sensibilidade do pesquisador e que não podem ser formulados de forma concreta: tratam-se de tensões e de afeições que podem fazer sentido na hora de analisar grupos e suas formas de organização, mas que são difíceis de “traduzir” em termos científicos. Trata-se de se questionar sobre a “necessidade de reimaginar a cena do encontro do trabalho de campo na antropologia como ela está sendo vivida” (MARCUS, 2009, p. 17), de ver como a subjetividade, os sentimentos do pesquisador estão jogados nesse trabalho. Isso implica a possibilidade de abrir espaços para falar das afinidades com os interlocutores, por exemplo; de mostrar em que medida tais elementos podem enriquecer as teorias que vão jogar novas luzes sobre o trabalho de campo.

Chegamos aqui ao ponto a ser desenvolvido: a subjetividade nos textos antropológicos não pode mais ser concebida como freio ou antagonista da objetividade. Dar conta das interações entre o pesquisador e as pessoas encontradas ao longo de seus estudos é importante como condição para não apreendê-las sob o mero olhar do senso comum. Deste modo, o antropólogo lança mão de instrumentos analíticos que tornam esses momentos de intersubjetividade enriquecedores para reflexões científicas, no interior de um debate disciplinar desenvolvido por um público específico, a saber, por uma determinada “comunidade científica”. Parece hoje que todo o poder da escrita está em permitir jogar novas luzes sobre mundos sociais a partir de um certo olhar antropológico que contribui para externalizar melhor as relações sociais através das quais se teceu o campo. Desta forma, fazer da subjetividade um “estilo objetivo”. Pensar que a objetividade de um texto sociólogo ou

antropológico pode ser melhor desenvolvida se um certo espaço é concedido à subjetividade já nos leva à ideia de que, no seio dessas disciplinas, não se pode mais acreditar numa linguagem neutra (DA MATTA, 1993). Um texto antropológico deve ser elaborado “[assumindo] plenamente a natureza de uma prática diferenciada de pesquisa, como uma tecnologia, uma estética” (MARCUS, 2009, p. 19).

Depois de ter exposto alguns elementos importantes a serem pensados na produção de um relato de trabalho antropológico que alcançaria uma certa forma de objetividade, deixando espaço para expressões subjetivas, fica o questionamento de quais poderiam ser as formas mais adequadas para expor tais pontos. Este é o tema da terceira parte, na qual pretendo argumentar que a literatura pode ser um grande apoio para a sociologia e a antropologia cumprirem tal meta.

III. Antropologia e escrita literária: refletir a “poética da vida social”

Como conceber a produção de um texto antropológico que adote rigor científico, mas que fuja, aos poucos, das concepções clássicas de objetividade das ciências ditas exatas, deixando mais espaço para a expressão de uma subjetividade a partir da qual o pesquisador-autor acaba elaborando uma análise mais coerente? Como mencionei anteriormente, a articulação objetividade/subjetividade é complexa. Assim, como afirma Sidney Mintz: “Questionar um projeto ao longo do caminho é essencial, mas se o questionamento degenera para uma autoconsciência antropológica na qual o objeto de investigação é esquecido e apenas os métodos passam a importar, pode-se terminar comunicando consigo mesmo” (MINTZ, 1984, p. 55).

Não se trata de refletir sobre o pesquisador se olhando no espelho o tempo todo, e sim de pensar no convite de Marcus (2009) para buscar outros modos de expressão, evitando-se a postura do antropólogo atrás de um vidro. Segundo Becker (2010), trata-se de pensar nos relatos de pesquisas para além dos instrumentos antropológicos convencionais (descrição etnográfica densa, discursos teóricos, estatística, etc.) para alcançar outros meios de análise. Gostaria aqui de propor uma reflexão breve sobre as contribuições que a escrita literária pode oferecer para as ciências sociais.

Se paramos um instante sobre o que foi exposto antes a respeito do trabalho antropológico (e mais especificamente do trabalho de campo) que

se elabora através das interações entre o pesquisador e os informantes, a partir das percepções sensíveis do etnólogo, podemos ver que as pontes entre as ciências sociais e a literatura não são tão difíceis de elaborar. Com efeito, o imaginário atravessa sempre o processo de pesquisa, e a expressão literária é reconhecida como uma linguagem de predileção em matéria de imaginários. Nessa relação entre trabalho de campo e imaginário, o argumento de Marcus me parece muito esclarecedor:

Na verdade, isso implica a construção do campo como imaginário simbólico social com certas relações colocadas entre coisas, pessoas, eventos, lugares e artefatos culturais, e um itinerário literalmente multissituado, à medida que um campo de movimento emerge na construção de tal imaginário. O trabalho de campo opera dentro desse imaginário, trazendo, em juxtaposição, lugares que demonstram algumas conexões ou relações e o significado cultural que levam sobre um mundo ou mundos em mudanças (MARCUS, 2009, p. 20).

Uma linguagem científica puramente técnica talvez tenha mais resistência a exprimir como se elaboram tais imaginários e como eles fazem sentido para a análise do pesquisador. Dessa forma uma expressão científica que vai buscar na literatura os meios possíveis para superar esses limites de uma linguagem científica técnica que se quer neutra, pode revelar-se muito mais interessante e relevante para dar conta do trabalho de campo e jogar novas luzes analíticas sobre ele. Refletindo sobre a pertinência do recurso à literatura na produção de textos antropológicos ou sociológicos, Roger Bastide oferece argumentos interessantes. Ele apresenta a expressão poética como “ forma de exatidão científica “ (BASTIDE, 1983 [1946]) que, na sua interoretação, não se refere apenas ao modelo de escrita adotado pelo cientista social, mas também à própria forma de pesquisa deste, na medida em que a tarefa do pesquisador também reside em apreender e dar conta da poesia da vida social quotidiana. De fato, a expressão poética pode se revelar um apoio interessante para dar conta da fineza dos pequenos gestos, da sutileza dos vínculos (afetuosos ou tensos) que se tecem ao longo da pesquisa, das emoções e dos sentimentos, dos momentos ínfimos nos quais a sensibilidade do pesquisador releva dados notáveis para a análise do grupo social com o qual ele trabalha. Trata-se aqui de seguir Bastide, na sua defesa da expressão poética, contra uma antropologia que, ao querer ser demais racional, adota uma linguagem científica técnica

demais rigorosa, e acaba passando ao lado de elementos indispensáveis para desenvolver uma análise mais completa do grupo social estudado. O autor escreve:

Ficamos então diante de um dilema: ou a sociologia se limita à descrição do que é racional na sociedade, formando um todo harmonioso mas cheio de lacunas, ou então resolverá ser uma ciência total e terá de reproduzir uma imagem desses elementos irracionais, desses fundos perturbadores e sentimentais, desses movimentos de massa, dos ditames do inconsciente coletivo. Não vejo meio possível senão a expressão poética. (BASTIDE, 1983 [1946], p. 85).

Ele acrescenta mais adiante que, mobilizada de maneira apropriada, a poesia nas ciências sociais não é uma “traição” à firmeza e à coerência de um trabalho científico, mas sim uma preocupação para “alcançar uma fidelidade mais precisa” (*idem*, p. 87). Todavia recorrer à escrita literária e à linguagem poética nas ciências sociais não deve abrir espaço para análises de mundos sociais romantizados, produções de conhecimentos que correspondam mais às fantasias do pesquisador, que atendam mais à sua vontade de expor suas qualidades de letrado; trata-se antes de tudo de um real interesse em apreender vidas sociais de forma minuciosa. É nessa ideia que quero agora trazer algumas precisões sobre os vínculos entre escrita literária e ciências sociais.

Como Geertz bem assinala, as ciências sociais e a literatura podem se alimentar uma da outra, sem nunca se confundirem. Se a literatura oferece instrumentos interessantes para que as ciências sociais dêem conta de elementos de pesquisa e de análise fundamentais, sempre fica que o que é primordial num texto antropológico é o conteúdo, os conhecimentos que ele traz, e não o texto em si. No caso da escrita de um relato de trabalho antropológico, a literatura não serve para deixar a mente do pesquisador divagar através de diversas formas de estilo; muito pelo contrário, ela pode se apresentar como um meio importante para apoiar a credibilidade do relato, permitindo, através de narrações mais fluídas e de descrições livres da densidade dos termos científicos mais rígidos, convencer o leitor de que o autor-pesquisador realmente “esteve lá” e “penetrou outra forma de vida”, transportando-o para outros lugares, fazendo com que ele acompanhe melhor os passos do pesquisador no campo. Sobre o assunto, Geertz escreve:

“Os etnógrafos precisam convencer-nos [...] não apenas de que eles mesmos realmente ‘estiveram lá’, mas ainda [...] de que, se houvéssimos estado lá, teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram” (GEERTZ, 2002 [1988], p. 20).

A escrita literária pode permitir que o público seja mais implicado no texto antropológico. Além do mais, é esse mesmo público (notadamente uma certa comunidade científica) que, de certa forma, vai “validar” tal texto como fonte de conhecimentos, vai decidir sobre sua verossimilhança. A escrita literária é um meio muito mais rico para descrever a empatia entre o pesquisador e as pessoas encontradas ao longo do trabalho de pesquisa, para deixar explícito que o campo se construiu acerca de imaginações compartilhadas entre o etnólogo e essas pessoas, permitindo que o leitor acompanhe melhor tais processos de desenvolvimento da pesquisa. O estilo literário permite apresentar melhor o artigo científico como fruto de um processo de pesquisa, como construção do pesquisador e não como enunciação de uma verdade transcendental sobre formas de organização social. Sobre esse assunto, Le Méner escreve:

L'interprétation du romancier dépend ainsi directement des relations qu'il crée dans son oeuvre, et non d'un quelconque objet préexistant à l'écriture. Suppression ainsi de la dualité entre l'objet et le sujet de la description – problème du point de vue – et concentration sur les relations, toujours extérieures à leurs termes.
(LE MENER, 2003, p. 6).

Mas, ao mesmo tempo, é precisamente nesse ponto que um texto etnográfico se distancia da literatura pura, da mera fantasia, e evita cair na tentação de romantizar a vida social. Com efeito, formas de estilos literários permitem ao pesquisador-autor dar conta de um mundo social cujo sentido foi elaborado em diálogo com os informantes e através dos instrumentos conceituais compartilhados com uma comunidade científica; ao contrário do autor de literatura “pura” que, geralmente, vai criar sozinho os sentidos dos mundos que ele elabora. Ele leva os leitores através dos universos que desenhou e se apresenta como o único guia deles. Inversamente, o autor-pesquisador desenvolve uma escrita explicativa sobre mundos sociais cujo sentido foi negociado com as pessoas que dão vida a esses mundos e cuja análise apenas é permitida pelo diálogo permanente com o público especializado, para o qual se destina o trabalho do antropólogo, recorrendo a certos conceitos e certos elementos analíticos compartilhados com uma comunidade científica.

Conclusão

A proposta deste artigo não era argumentar que toda produção antropológica deveria se centrar em reflexões acerca do processo de construção de um trabalho de campo (as interações do pesquisador com os informantes) e de elaboração de um texto científico (a hora em que o pesquisador se encontra “sozinho” com sua caneta). Obviamente, essas produções também se desenvolvem através de reflexões teóricas nas quais tais questionamentos nem sempre são pertinentes. Apenas quis fazer um “zoom” sobre a questão da subjetividade nos trabalhos de antropólogos, e como esta pode ajudar a dar objetividade à produção de relatos de pesquisa na área das ciências sociais.

A ideia que busquei desenvolver ao longo desse texto é que as ciências sociais são ciências específicas, cujas metodologias se distinguem dos métodos geralmente desenvolvidos pelas ciências ditas exatas. A antropologia, mais especificamente, elabora seus conhecimentos a partir de relações entre agentes sociais (o pesquisador e as pessoas que ele encontra no campo). Ela está vinculada ao que Roger Bastide chama de “expressão poética” (não apenas nos assuntos dos quais ela trata, mas nas próprias formas de fazer pesquisa, através dos encontros e das relações sociais): o fazer e os saberes antropológicos implicam afetos, emoções, etc. Tal singularidade dessa disciplina pode ser afirmada e repercutida no relato da pesquisa, no desenvolvimento de reflexões teóricas sobre experiências empíricas. Vimos que a escrita literária pode ser um instrumento rico para elaboração e exposição de conhecimentos antropológicos; mas já que a antropologia tende cada vez mais a se afirmar como disciplina, com suas originalidades no domínio científico, já que novos espaços de expressões são abertos para novas formas de expressões científicas, muitos pesquisadores exploram modalidades de construir saberes científicos a partir, por exemplo, da linguagem fotográfica, da linguagem cinematográfica, da linguagem jocosa (onde o riso pode aparecer como forma de saber), etc. Neste sentido, a questão das diversas modalidades de produção de textos antropológicos fica aberta.

Nota

1 Cf o artigo «Anthropology Association Rejecting Science», escrito por Peter Wood publicado no jornal *The chronicle of Higher Education* do 29 de novembro de 2010 (<http://chronicle.com/blogs/innovations/anthropology-association-rejecting-science/27936>) e a resposta da American Anthropological Association no *site* dela «AAA Responds to Public Controversy Over Science in Anthropology» (<http://www.aaanet.org/issues/press/AAA-Responds-to-Public-Controversy-Over-Science-in-Anthropology.cfm>).

Referencias bibliográficas

American Anthropological Association. AAA Responds to Public Controversy Over Science in Anthropology. **American Anthropological Association/ Press Releases**, 2010. Disponível em <http://www.aaanet.org/issues/press/AAA-Responds-to-Public-Controversy-Over-Science-in-Anthropology.cfm>. Acesso em 23 de abril de 2011.

BASTIDE, Roger. A propósito da poesia como método sociológico, *in* QUEIROZ, M. I. P. de (org.) *Roger Bastide*. São Paulo: Ática, 1983 (1946). p. 81-87.

BECKER, Howard. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris, La Haye: Mouton & Co, 1963.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

DA MATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Les mots, la mort, les sorts. La sorcellerie dans le Bocage*. Paris: Gallimard, 1977.

GERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2002 (1988).

JOHANNES, Fabian. *Le temps et les autres: comment l'anthropologie construit son objet*. Toulouse: Anacharsis, 2006 (1983).

LE MENER, Erwan. Le sociologue comme auteur. **Tracés. Revue de Sciences humaines**, Lyon, vol. 4, 2003. Disponível em: <<http://traces.revues.org/3853>>. Acesso em 04 junho de 2012.

MARCUS, George E. A estética contemporânea do trabalho de campo na arte e na antropologia: experiências em colaboração e intervenção, *in*:

BARBOSA, A., TEODORO DA CUNHA, E. e HIKIJI, R. S. G. (orgs.) *Imagem-conhecimento*. São Paulo: Papirus Editora, 2009. p 13-32.

MINTZ Sidney. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados – revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 27, n.1, p. 45-58, 1984.

MONDADA, Lorenza. La construction discursive des objets de savoir dans l'écriture de la science. **Réseaux**, Paris, vol.13, n°71, 1995. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso_0751-7971_1995_num_13_71_2691>. Acesso em 04 junho de 2012.

WOOD, Peter. Anthropology Association Rejecting Science. **The Chronicle of Higher Education**, Washington, 29 de nov. de 2010. Disponível em <<http://chronicle.com/blogs/innovations/anthropology-association-rejecting-science/27936>>. Acesso em 23 de abril de 2011.

Resumo

Esse texto tem como ponto inicial considerações pessoais desenvolvidas a partir de reflexões sobre a relação dialógica entre Antropologia e Literatura. Parto da ideia de que a elaboração de conhecimentos em antropologia ganha especificidade no fato de se basear em grande parte na experiência subjetiva do pesquisador, que constrói seu trabalho de campo numa interrelação entre sua experiência pessoal e a de seus vários interlocutores. Isto me leva a interrogar o lugar da narração biográfica na escrita de um relato antropológico. Nesse artigo, defenderei que, na elaboração de um texto antropológico, a “subjetividade” pode ser pensada como “estilo objetivo” e que o recurso à escrita literária é um domínio rico para se pensar tal ponto, notadamente quando se considera, como Bastide, que a expressão poética é uma “forma de exatidão científica”.

Palavras-chaves: escrita antropológica, escrita literária, subjetividade, objetividade.

Abstract

This paper is based on personal cogitations on the dialogical relation between Anthropology and Literature. The original idea of my reflections stems from the consideration that the development of knowledge in anthropology gains

specificity by being based largely on the subjective experience of the researcher, who conducts fieldwork combining his own personal experience with its various partners one. This leads me to examine the part of a bibliographical narrative in the process of anthropological report writing. In this paper, I argue that, in the elaboration of an anthropological text, the “subjectivity” can be thought of as an “objective style”, and that the use of literary writing is an interesting way to experiment it, especially considering that poetic expression is a “form of scientific accuracy”, as Bastide does.

Keywords: anthropological writing, literary writing, subjectivity, objectivity.

Recebido para publicação em julho/2013.

Aceito em novembro/2013.